

MAIS SACRIFÍCIO EM NOME DO REAL

Wanderlei Pozzembom



Malan (D), com Fraga: projeções feitas indicam que o superávit na balança comercial de US\$ 11 bilhões é "plausível"

O que já era esperado confirmou-se com o anúncio das novas metas acordadas entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O País terá que enfrentar uma recessão brutal este ano e ainda assim conseguir um superávit de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 27,9 bilhões, nas contas públicas para ter direito à ajuda internacional oferecida pelo Fundo e pelos países ricos. A queda no PIB este ano ficará entre 3,5% e 4% e a inflação acumulada em 16,8%, segundo o cenário em que se baseou o acordo. Tudo isso tem como objetivo final manter a inflação sob controle.

Os termos do compromisso deixam claro o forte impacto da mudança na política cambial em toda a economia brasileira. O nível de endividamento do setor público, projetado para ficar ao redor de 46% do PIB em 1999, já corresponde a 52,2% do PIB, mas terá que recuar para 50% do PIB até o final do ano, segundo o que ficou acertado com o Fundo.

A recessão e o desemprego vão aumentar especialmente nesse primeiro semestre, quando o impacto das medidas para manter a inflação controlada será mais forte. Na previsão das autoridades da área econômica, a partir de julho a economia deve começar a se recuperar e a inflação deverá ceder. O cenário mais favorável permitirá, então, a queda das taxas de juros reais (acima da inflação), projetadas para ficarem um pouco acima de 10% neste ano. "Se não houvesse esse ajuste, os juros reais teriam de ficar entre 15% e 16%", calculou o recém-empossado presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

O novo acordo com o FMI, divulgado ontem simultaneamente em Washington e em Brasília, estabelece limites para as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio. O Brasil poderá gastar US\$ 8 bilhões das reservas internacionais até junho para desarmar movimentos especulativos e abastecer o mercado com a moeda americana. Em março, as autoridades podem usar no máximo US\$ 3 bilhões das reservas. Em abril, esse patamar baixa para US\$ 2 bilhões e nos dois meses seguintes o limite de gasto mensal é de US\$ 1,5 bilhão.

"A regra de intervenção tem por objetivo suprir as necessidades temporárias por moeda no mercado de câmbio. Não temos mais que buscar uma cotação para o dólar", ressaltou o recém-empossado presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Mesmo assim, o novo acordo com o FMI deixa uma brecha para as autoridades brasileiras gastarem mais dólares do que o limite imposto no memorando. "Se o governo (Tesouro) fizer

alguma captação no exterior, podemos gastar mais dólares", disse o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Nessas contas ficam de fora as captações feitas por empresas estatais e até pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

DÉBITO

O documento assinado pelo governo brasileiro estima em 11% do PIB o resultado da desvalorização do real sobre a dívida pública corrigida pelo dólar. Essa correção fez aumentar o débito do setor público, que alcançou 52,2% do PIB neste mês. Mas até o fim do ano, o nível de endividamento deverá cair para 49,3%. Isso será

"A REGRAS DE INTERVENÇÃO TEM POR OBJETIVO SUPRIR AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS POR MOEDA NO MERCADO DE CÂMBIO. NÃO TEMOS MAIS QUE BUSCAR UMA COTAÇÃO PARA O DÓLAR"

Armínio Fraga,
presidente do Banco Central

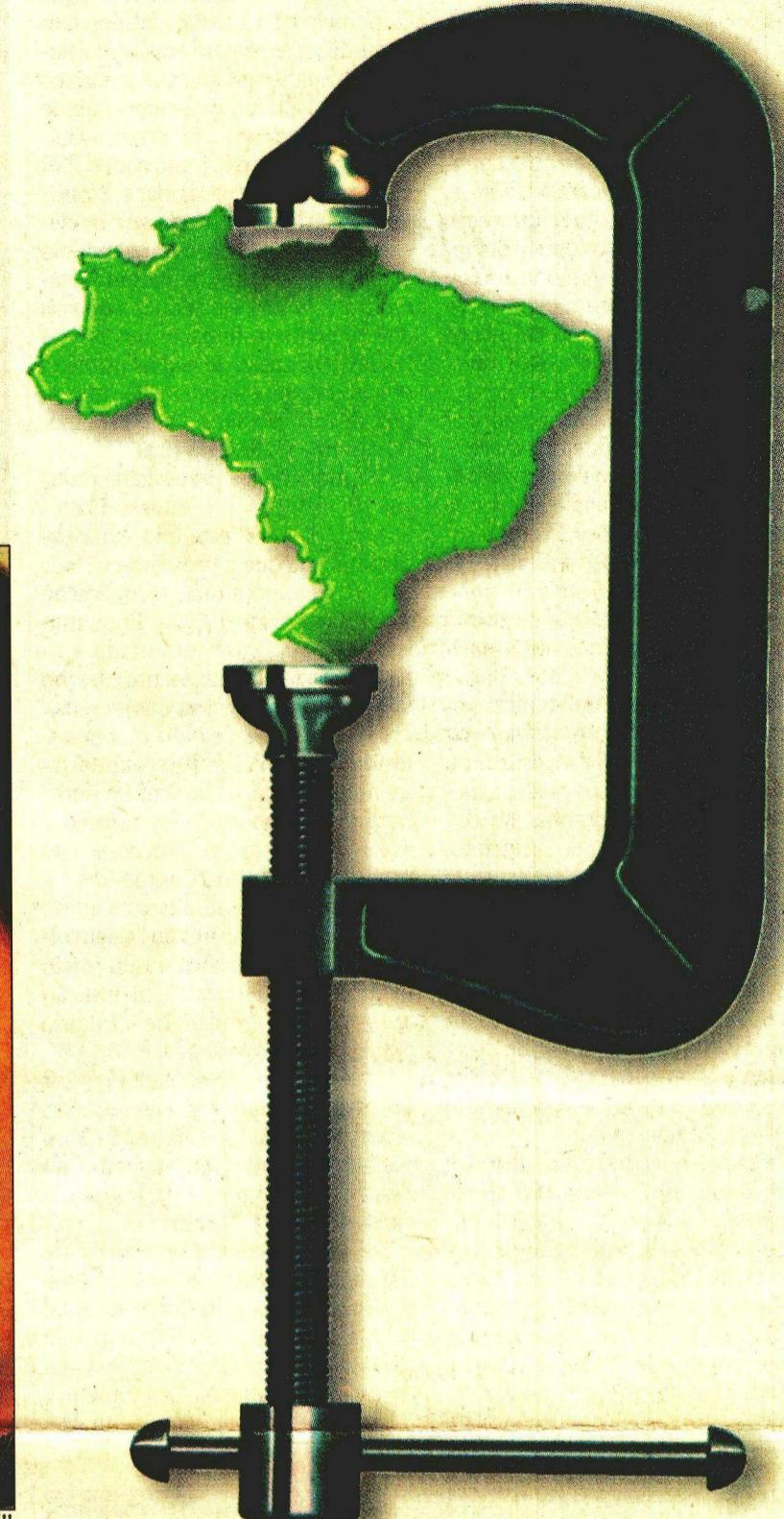
possível, segundo o presidente do BC, por causa da queda dos juros reais. No ano 2000, a dívida deverá corresponder a 47,4% do PIB e em 2001 deverá ser de 44,3% do PIB, segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

O aumento da dívida repercutirá também nos gastos do governo com pagamento de juros. Fraga estimou

em 4,5% do PIB a despesa com juros para este ano. Em valores atuais, o setor público gastará cerca de R\$ 40 bilhões só para honrar esse compromisso com o mercado. Com uma dívida maior e inflação mais alta, os técnicos da área econômica tiveram de rever a previsão para as contas públicas que inclui o pagamento de juros (resultado nominal). No acordo assinado em dezembro, o governo se comprometeu com um déficit nominal de 4,7% do PIB.

O resultado nominal deixou de ser meta e passou a ser mais um dos parâmetros usados pela área econômica. Segundo Bier, a previsão é de um déficit nominal de 6,9% para este ano. "Embora esse número seja superior à meta do ano passado, é inferior ao resultado do ano passado, que de acordo com dados preliminares deve ter alcançado 8% do PIB", ressaltou o secretário de Política Econômica.

Meta mesmo é o compromisso de conseguir um superávit primário (sem contar o pagamento de juros) de 3,1% do PIB. É a primeira vez que



ACORDO FECHADO EM DEZEMBRO DE 1998

Superávit primário do setor público: 	Déficit nominal do setor público:
2,6% do PIB em 1999	4,7% do PIB em 1999
2,8% do PIB em 2000	3,0% do PIB em 2000
3,0% do PIB em 2001	2,0% do PIB em 2001

PROJEÇÕES PARA 1999

Inflação	2%
Exportações	US\$ 57,6 bilhões
Importações	US\$ 54,8 bilhões
Saldo comercial	US\$ 2,8 bilhões de superávit
Déficit em conta corrente	US\$ 26 bilhões (3,6% do PIB)
Investimentos diretos estrangeiros	US\$ 18,8 bilhões

O NOVO ACORDO

Superávit primário do setor público:
3,10% do PIB em 1999
3,25% do PIB em 2000
3,35% do PIB em 2001

PROJEÇÕES PARA 1999

	1999	2000	2001
Inflação (acumulada)	16,8%	6,5%	5,2%
Taxa de Câmbio	US\$ 1,70	US\$ 1,77	US\$ 1,84
Taxa Selic (acumulada)	28,8%	16,6%	13,7%
PIB	de -3,5% a -4%	3,5% a 4%	4,5% a 5%

Saldo comercial: US\$ 11 bilhões de superávit

Déficit em conta corrente: 3% do PIB em 1999

Dívida do setor público interna/externa: 49,3% do PIB em 1999.

* — Receitas menos despesas, excluindo os gastos com juros.

** — Conceito mais amplo de déficit. Inclui correção monetária, cambial e a conta de juros.